



DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Processo	TC/005126/2015	Relatório Nº	14/2015
Assunto	Prestação de Contas do Exercício de 2015		
Interessado	Município de Anísio de Abreu	Pop: 9094 hab. Coef.	0.6
PREFEITO	Isaac Antão de Carvalho Neto		
Gestores		Período	
PREFEITURA	Eduardo Cleber Soares Macedo	01/01 - 31/12/2015	
FUNDEB	Solange Batista de Oliveira Carneiro	01/01 - 31/12/2015	
FMS	Naira Sellene Carvalho Ribeiro	01/01 - 31/12/2015	
CÂMARA.....	Virgílio Siqueira Campos	01/01 - 31/12/2015	
Relator.....	Jaylson Fabianh Lopes Campelo		
Procurador	José Araújo Pinheiro Júnior		

O **Município de Anísio de Abreu**, sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal - CF, art. 31, Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei nº 101/2000 - LRF, Constituição Estadual - PI, arts. 32 a 35, Resoluções TCE nº 666/98 e nº 09/2014, encaminhou para exame, através de seus gestores acima elencados, suas prestações de contas referentes ao **exercício de 2015**.

A análise das contas precitadas foi realizada, por amostragem, através do exame de documentação de veracidade ideológica presumida, obedecidos os critérios próprios da fiscalização, evidenciando-se:

1 – ANÁLISE GERAL DO MUNICÍPIO

1.1 – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.1.1 – INGRESSO DE DOCUMENTOS

Informações relativas ao ingresso das peças orçamentárias:

Peça	Lei	Data da Aprovação	Data Recebimento	Data Limite	Atraso
PPA	470	20/11/2013	15/01/2014	20/01/2014	0
LDO	479	15/09/2014	12/01/2015	15/01/2015	0
LOA	482	30/12/2014	12/01/2015	15/01/2015	0

Fundamentação Legal: art. 165 - CF/88, art. 33 - CE/89 e art. 12 da Resolução TCE nº 09/2014.

1.1.2 – PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 25.851.665,83 (vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos), apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal **atendeu**, dentre outros, aos princípios da unidade e universalidade orçamentárias, uma vez que consolida os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder Público Municipal.



1.1.3 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Foi autorizada, através do art. 4º da lei orçamentária anual, a abertura de créditos adicionais suplementares para o exercício em epígrafe, até o limite 40,00% da despesa fixada.

Objetivando melhor atender às necessidades do orçamento em execução, a administração municipal, no decorrer do período financeiro ora analisado, procedeu, através da abertura de créditos adicionais, a alterações no seu plano inicial na ordem de R\$ 3.897.199,51 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), conforme demonstrativo a seguir:

Lei/Decreto		Créditos Adicionais		Fonte de Recurso (R\$)			
Nº	Data	Discriminação	Valor R\$	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotação	Op. de Crédito
33/2015	02/01/2015	Suplementar	203.140,23	0,00	0,00	203.140,23	0,00
34/2015	02/02/2015	Suplementar	452.668,19	0,00	0,00	452.668,19	0,00
35/2014	02/03/2015	Suplementar	123.800,00	0,00	0,00	123.800,00	0,00
44/2015	01/04/2015	Suplementar	173.395,42	0,00	0,00	173.395,42	0,00
47/2015	01/06/2015	Suplementar	101.300,00	0,00	0,00	101.300,00	0,00
51/2015	01/07/2015	Suplementar	364.440,00	0,00	0,00	364.440,00	0,00
53/2015	03/08/2015	Suplementar	498.100,00	0,00	0,00	498.100,00	0,00
54/2015	01/09/2015	Suplementar	187.215,00	0,00	0,00	187.215,00	0,00
56/2015	01/10/2015	Suplementar	513.680,48	0,00	0,00	513.680,48	0,00
596/2015	03/11/2015	Suplementar	389.004,00	0,00	0,00	389.004,00	0,00
60/2015	01/12/2015	Suplementar	817.158,83	0,00	32.383,00	784.775,83	0,00
45/2015	04/05/2015	Suplementar	73.297,36	0,00	0,00	73.297,36	0,00
TOTAL APURADO			3.897.199,51	0,00	32.383,00	3.864.816,51	0,00

Os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 3.897.199,51 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), que corresponde a 15,08% da despesa fixada, **não ultrapassando** o limite autorizado na lei orçamentária. Os valores acima expostos foram extraídos do Sistema SAGRES e do Demonstrativo Analítico – dezembro (peça 27, fl. 01).

Conforme visto no quadro acima, o total do créditos adicionais abertos por fonte de recurso que altera o valor da despesa fixada (*superávit financeiro, excesso de arrecadação e operação de crédito*) foi de R\$ 32.383,00 (trinta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais). Ressalte-se que o valor da despesa fixada apresentado no Balanço Orçamentário (item 1.2.6.1.1) foi de R\$ 25.948.814,83 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e três centavos), divergindo em R\$ 64.766,00 do somatório da despesa fixada na LOA (R\$ 25.851.665,83) mais os créditos supra citados (R\$32.383,00). **Pede-se esclarecimento do gestor.**



1.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeito Municipal: Isaac Antão de Carvalho Neto

Período do Mandato: 01/01 - 31/12/2015

Responsável Contábil: Raimundo Carvalho Portela CRC Nº: PI 3.001

Controlador: Aroldo Ribeiro Soares

1.2.1 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

O **Prefeito Municipal**, responsável pelo envio da prestação de contas mensal, apresentou ao Tribunal de Contas, a referida documentação, nos prazos indicados:

Meses	Prazo Legal	Sagres		Sagres Folha		Documentação de Despesa		Média de Atraso
		Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	
Janeiro	05/06/2015	08/06/2015	3	22/04/2015	0	02/06/2015	0	1
Fevereiro	05/06/2015	15/06/2015	10	16/05/2015	0	12/06/2015	7	5
Março	05/06/2015	29/06/2015	24	05/06/2015	0	29/06/2015	24	16
Abril	03/07/2015	10/07/2015	7	08/06/2015	0	09/07/2015	6	4
Mai	31/07/2015	20/07/2015	0	22/06/2015	0	28/07/2015	0	0
Junho	31/08/2015	17/08/2015	0	11/08/2015	0	25/08/2015	0	0
Julho	02/10/2015	28/09/2015	0	12/08/2015	0	29/09/2015	0	0
Agosto	03/11/2015	27/10/2015	0	09/10/2015	0	28/10/2015	0	0
Setembro	30/11/2015	10/11/2015	0	28/10/2015	0	23/11/2015	0	0
Outubro	05/01/2016	10/12/2015	0	08/12/2015	0	14/12/2015	0	0
Novembro	01/02/2016	23/12/2015	0	22/12/2015	0	25/01/2016	0	0
Dezembro	07/03/2016	07/03/2016	0	09/02/2016	0	07/03/2016	0	0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96, Resolução TCE nº 09/2014 e Decisão nº 93/2015.

1.2.2 – PEÇAS AUSENTES

Não foram enviadas ao Tribunal de Contas as seguintes peças exigidas pela Resolução TCE nº 09/2014:

- Cópias das atas de audiências públicas perante a Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, estabelecidas no art. 48, parágrafo único, inciso I, da LRF;
- Cópias das atas de audiências públicas realizadas na Câmara Municipal nos meses de fevereiro, maio e setembro, nos termos do art. 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141/2012;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 2º Semestre;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores referente ao 2º Semestre;
- Demonstrativo do Resultado Primário referente ao 2º Semestre;
- Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (art.48, *in fine*, LRF), referente ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Bimestres;
- Lei de criação do órgão de controle interno;
- Lei instituidora do plano de carreira e renumeração dos profissionais de saúde;
- Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, referente ao 1º e 2º Semestres.

1.2.3 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Nº do Processo/TCE	Data de Entrada/TCE	Prazo Legal	Dias de Atraso
TC/005126/2015	02/05/2016	02/05/2016	0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso IV, CE/89 e Resolução TCE nº 09/2014, art. 4º.



1.2.4 – RECEITAS

1.2.4.1 – RECEITA TOTAL ARRECADADA

A Receita Total Arrecadada foi de R\$ 15.352.652,18 (quinze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), correspondendo a 59,39% em relação à receita prevista, representando um *déficit* de R\$ 10.499.013,65 (dez milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e treze reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Especificação	Valor (R\$)
Receita Total Prevista	25.851.665,83
(-) Receita Total Arrecadada	15.352.652,18
= Déficit	10.499.013,65

Obs.: Informações consolidadas. (Peça 19)

1.2.4.2 – RECEITA POR CATEGORIA E SUBCATEGORIA ECONÔMICAS

A seguir são apresentadas as receitas totais previstas e arrecadadas por categoria e subcategoria econômicas, com as respectivas participações absoluta e relativa na receita total.

Discriminação	Receita Prevista(A)		Receita Arrecadada(B)		% B/A
	Valor	%	Valor	%	
Corrente	18.515.305,83	71,62	16.069.595,57	104,67	86,79
Tributária	720.600,00	2,79	243.447,38	1,59	33,78
Contribuição	196.000,00	0,76	228.246,64	1,49	116,45
Patrimonial	45.400,00	0,18	63.652,39	0,41	140,20
Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	7.100,00	0,03	3.966,15	0,03	55,86
Transferências Correntes	17.536.405,83	67,83	15.530.283,01	101,16	88,56
Outras Receitas Correntes	9.800,00	0,04	0,00	0,00	0,00
Capital	8.901.400,00	34,43	585.183,88	3,81	6,57
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	8.901.400,00	34,43	585.183,88	3,81	6,57
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita	1.565.040,00	6,05	1.302.127,27	8,48	83,20
Total	25.851.665,83	100,00	15.352.652,18	100,00	59,39

Obs.: Informações consolidadas (Peça 19)



1.2.4.3 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida do Município, apurada no exercício, foi de R\$ 14.767.468,30 (quatorze milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), segundo demonstrativo:

Especificação	Arrecadada (R\$)
Receita Corrente Total	16.069.595,57
(-) Contribuição dos servidores de previdência própria	0,00
(-) Compensação entre sistemas de previdência	0,00
(-) Dedução do FUNDEB	1.302.127,27
(=) Total da Receita Corrente Líquida	14.767.468,30

Obs.: Informações consolidadas (Peça 19).

1.2.4.4 – RECEITA TRIBUTÁRIA E COSIP

O somatório da Receita Tributária Arrecadada com a COSIP foi de R\$ 471.694,02 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dois centavos), correspondendo a 51,46% em relação à Receita Tributária Atualizada, representando um *déficit* de R\$ 444.905,98 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Receita Tributária e COSIP	(A) Atualizada (R\$)	(B) Arrecadada (R\$)	% (B/A)
Receita Tributária	720.600,00	243.447,38	33,78
Impostos	683.000,00	234.299,53	34,30
IPTU	48.000,00	33.896,01	70,62
ISS	320.000,00	84.079,67	26,27
ITBI	15.000,00	11.576,60	77,18
IRRF	300.000,00	104.747,25	34,92
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	37.600,00	9.147,85	24,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	196.000,00	228.246,64	116,45
Total	916.600,00	471.694,02	51,46

(Peça 19)

O comportamento da receita tributária arrecadada do município nos últimos 04 (quatro) exercícios em relação à receita efetiva arrecadada, bem como à receita total arrecadada foi o demonstrado abaixo:

Exercício	(A) Receita Tributária Arrecadada (R\$)	(B) Receita Efetiva (R\$)	% (A/B)	Receita Total Arrecadada (R\$)
2012	261.770,35	5.768.748,77	4,54	10.861.514,65
2013	343.402,82	6.417.379,74	5,35	12.422.920,05
2014	330.966,65	7.114.626,27	4,65	14.036.077,44
2015	243.447,38	7.381.931,97	3,30	15.352.652,18

Não houve incremento da receita tributária do município ao longo do exercício, ao contrário, houve um decréscimo em relação aos dois últimos exercícios. Atente-se que a LC nº 101/2000 (LRF), em seu art. 11, estabelece vedações ao ente que se omite quanto à instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de sua competência constitucional.

Para tanto é necessário que os gestores, invistam e fortaleçam os Setores de Arrecadação dos Tributos, treinando o pessoal e dotando o setor de equipamentos e soluções em sistemas que agilizem e organizem eletronicamente os cadastros, as cobranças e, ainda, promovam a gestão dos créditos e da dívida ativa.

A gestão eficaz das receitas próprias, além de otimizar a arrecadação e cumprir com os preceitos constitucionais, diminui a dependência da municipalidade em relação às transferências da União e Estado.



1.2.4.5 – RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

O total da receita proveniente de impostos e transferências arrecadado no exercício foi de R\$ 7.136.309,09 (sete milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e nove reais e nove centavos), conforme demonstrativo:

Receita de Impostos e Transferências	Atualizada (R\$)	Arrecadada (R\$)
Receitas de Impostos	683.000,00	234.299,53
IPTU	48.000,00	33.896,01
ISS	320.000,00	84.079,67
ITBI	15.000,00	11.576,60
IRRF	300.000,00	104.747,25
Outros Impostos	0,00	0,00
Transferência da União	6.845.000,00	6.033.859,25
FPM	6.842.000,00	6.030.724,63
ITR	1.000,00	1.654,09
IOF sobre Ouro	0,00	0,00
ICMS Desoneração	2.000,00	1.480,53
Transferência do Estado	980.200,00	868.150,31
ICMS	880.000,00	794.510,59
IPVA	100.000,00	73.493,97
IPI Exportações	200,00	145,75
Outras Receitas	9.800,00	0,00
Receita da Dív. Ativa Trib. de Impostos	6.000,00	0,00
Multas e Juros de mora de Impostos	3.800,00	0,00
Total	8.518.000,00	7.136.309,09

(Peça 19)

1.2.5 – DESPESAS

1.2.5.1 – DESPESA TOTAL EMPENHADA

A Despesa Empenhada Total atingiu o montante de R\$ 16.606.700,30 (dezesseis milhões, seiscentos e seis mil e setecentos reais e trinta centavos), que corresponde a 64,16%, em relação à fixada, representando uma economia orçamentária de R\$ 9.277.348,53 (nove milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

Descrição	Valor (R\$)
Autorização Final	25.884.048,83
(-) Execução Final	16.606.700,30
(=) Economia Orçamentária	9.277.348,53

Obs.: Informações consolidadas (Peça 21 e peça 27, fls. 02-05).



1.2.5.2 – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

O demonstrativo abaixo apresenta as despesas fixadas e empenhadas, por função de governo, com as respectivas participações absoluta e relativa sobre a despesa total do município:

Especificação	Fixada		Empenhada(B)		% B/A
	(A) Valor (R\$)	% sobre o total	(B) Valor (R\$)	% sobre o total	% (B/A)
Legislativa	573.000,00	2,21	495.928,72	2,99	86,55
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.368.261,19	9,15	2.017.201,25	12,15	85,18
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	650.300,00	2,51	460.216,52	2,77	70,77
Previdência Social	401.867,00	1,55	326.095,22	1,96	81,15
Saúde	4.767.500,00	18,42	3.467.321,91	20,88	72,73
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	11.514.188,83	44,48	8.011.764,21	48,24	69,58
Cultura	140.000,00	0,54	90.256,78	0,54	64,47
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	2.654.001,81	10,25	1.010.316,48	6,08	38,07
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	1.604.000,00	6,20	15.832,00	0,10	0,99
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	284.000,00	1,10	86.815,60	0,52	30,57
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	21.000,00	0,08	19.200,00	0,12	91,43
Energia	378.330,00	1,46	377.379,08	2,27	99,75
Transporte	24.600,00	0,10	3.600,00	0,02	14,63
Desporto e Lazer	251.000,00	0,97	128.016,50	0,77	51,00
Encargos Especiais	160.000,00	0,62	96.756,03	0,58	60,47
Reserva de Contingência	92.000,00	0,36	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.884.048,83	100,00	16.606.700,30	100,00	64,16

Obs.: Informações consolidadas. Despesa Fixada conforme dotação atualizada do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção – RREO (Bimestre Novembro-Dezembro) (Peça 27, fls. 02-05) e Despesa Empenhada conforme Anexo 08 – Balanço Geral (Peça 21).



1.2.5.3 – DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

Os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, estão assim demonstrados:

Especificação	Valor (R\$)
Despesas da Função Educação (Consolidada)	8.011.764,21
(+) Pagamento de Restos a Pagar Excluídos no Exercício Anterior (Educação)	121.423,89
(+) Saldo Financeiro dos Recursos Vinculados	64.182,70
(-) Contribuição para o FUNDEB (Empenhado na função educação)	0,00
(-) Ganho do FUNDEB	4.128.074,01
(-) Total dos recursos vinculados à educação	674.616,63
(-) Total da aplicação financeira dos recursos vinculados	0,00
(-) Saldo Financeiro dos Recursos Vinculados do Exercício Anterior	394.042,77
(-) Restos a Pagar sem Comprovação de Saldo Financeiro	53.057,31
(-) Contratação com Empresas Irregulares	0,00
(-) Despesas não Pertinentes	0,00
(-) Ensino Médio	0,00
(-) Ensino Superior	0,00
(-) Educação Física e Desporto	0,00
(-) Cultura	0,00
(-) Outras	0,00
(=) Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.947.580,08

Confrontando-se o total dos dispêndios com a manutenção e desenvolvimento do ensino acima apresentado com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, 41,30%, assim demonstrados:

(A) Receita Proveniente de Impostos e Transferências	(B) Gastos com a Manut. e Desenv. do Ensino	% (B/A)
7.136.309,09	2.947.580,08	41,30

Ressalte-se o **cumprimento** do mandamento constitucional elencado no art. 212, da Constituição Federal.



1.2.5.4 – DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com as ações e serviços públicos de saúde do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 198 da Constituição Federal, combinado com o art. 77, III, do ADCT, estão assim demonstrados

Especificação	Valor (R\$)
(+) Despesa da função saúde (consolidada)	3.467.321,91
(+) Pagamento de restos a pagar excluído no exercício anterior	250.509,38
(+) Saldo financeiro dos recursos vinculados	379.422,48
(-) Total dos Recursos vinculados à saúde	2.660.757,33
(-) Total da aplicação financeira dos recursos vinculados	0,00
(-) Saldo financeiro recursos vinculados do exercício anterior	101.843,26
(-) Restos a pagar sem comprovação de saldo financeiro	72.756,05
(-) Contratação com empresas irregulares	0,00
(-) Despesas não pertinentes	0,00
(-) Aposentadorias e pensões	0,00
(-) Assistência à saúde de clientela fechada	0,00
(-) Merenda escolar	0,00
(-) Saneamento básico financiado pelo usuário (tarifas, taxas etc)	0,00
(-) Limpeza urbana e rural e remoção de resíduo sólido (lixo)	0,00
(-) Outras	0,00
(=) Gastos com ações e serviços públicos de saúde	1.261.897,13

Confrontando-se o total dos dispêndios com as ações e serviços públicos de saúde acima apresentado com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, 17,68%, assim demonstrados:

(A) Receita Proveniente de Impostos e Transferências	(B) Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde	% (B/A)
7.136.309,09	1.261.897,13	17,68

Ressalte-se o **cumprimento** do mandamento constitucional elencado no art. 198, combinado com art. 77, III, ADCT.

1.2.5.5 – GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme evidenciado em demonstrativo abaixo, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.733.339,39 (três milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos), representando 68,63% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, **cumprindo** o estabelecido no art. 60, § 5º, do ADCT e no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

(A) Recursos FUNDEB	(B) Gastos com Magistério	% (B/A)
5.439.716,81 (*)	3.733.339,39	68,63

(*) Acrescidos os rendimentos da aplicação do FUNDEB (R\$ 9.515,53), conforme Anexo II – Balanço Geral, Peça 24, fl. 01.

Gastos com magistério conforme Anexo 06 – Programa de Trabalho - Balanço Geral (Órgão: FUNDEB), conforme Peça 23, fl. 04.



1.2.5.6 – DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

O montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, no exercício, foi R\$ 9.227.443,14 (nove milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e catorze centavos), a seguir discriminado:

Especificação	Valor (R\$)
Aposentadorias e Reformas	0,00
Pensões	0,00
Contratação por Tempo Determinado	703.755,26
Salário Família	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.593.781,48
Obrigações Patronais	1.877.506,40
Outras Despesas Variáveis	52.400,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos	0,00
Inclusão da despesa de competência do exercício não empenhada a Classificar	0,00
Exclusão da despesa de exercícios anteriores empenhadas neste exercício	0,00
Total	9.227.443,14

Obs.: Informações consolidadas. (Prefeitura, FUNDEB e Fundos Municipais)

O quadro seguinte demonstra a representação da despesa de pessoal do Poder Executivo, no exercício, em relação à receita corrente líquida do município no mesmo período:

(A) Receita Corrente Líquida (R\$)	(B) Despesas de Pessoal (R\$)	% (B/A)	Limite Legal (%)	Limite Prudencial (%)
14.767.468,30	9.227.443,14	62,48	54,00	51,30

Ressalte-se que o Poder Executivo **descumpriu** o limite legal normatizado pelo art. 20, III, “b”, da LC 101/2000 - LRF.

- O valor da despesa de pessoal do poder executivo, diz respeito ao seguinte:

	Consolidada - Prefeitura e Câmara (A)	Câmara (B)	Prefeitura (A-B)
Contratação por tempo determinado	703.755,26	0,00	703.755,26
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.852.991,41	259.209,93	6.593.781,48
Obrigações Patronais	1.931.621,44	54.115,04	1.877.506,40
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	52.400,00	0,00	52.400,00

(Peça 27, fls. 14-15 e 26)

1.2.5.7 – REPASSE PARA CÂMARA MUNICIPAL

Constatou-se que o Poder Executivo repassou para a Câmara Municipal, no período analisado, o montante de R\$ 477.600,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e seiscentos reais), que corresponde a 6,71% da receita efetiva do município no exercício anterior, que foi de R\$ 7.114.626,27 (sete milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos). Portanto, o prefeito municipal **cumpriu** o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de até 7,00%, não ferindo, consequentemente, o disposto no § 2º, I, do mesmo artigo.



1.2.6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO

1.2.6.1 – CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS

Através da análise das peças que compõem o balanço geral do município, foi constatada a devida consolidação dos valores referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as entidades compreendidas no orçamento municipal para o exercício em referência.

1.2.6.1.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Títulos	Previsão	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	18.515.305,83	16.069.595,57	(2.445.710,26)
RECEITA TRIBUTÁRIA	720.600,00	243.447,38	(477.152,62)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	196.000,00	228.246,64	32.246,64
RECEITA PATRIMONIAL	45.400,00	63.652,39	18.252,39
RECEITAS DE SERVIÇOS	7.100,00	3.966,15	(3.133,85)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.536.405,83	15.530.283,01	(2.006.122,82)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.800,00	0,00	(9.800,00)
RECEITAS DE CAPITAL	8.901.400,00	585.183,88	(8.316.216,12)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.901.400,00	585.183,88	(8.316.216,12)
DEDUÇÃO DA RECEITA	(1.565.040,00)	(1.302.127,27)	262.912,73
SOMA	25.851.665,83	15.352.652,18	(10.499.013,65)
DÉFICIT	97.149,00	1.254.048,12	1.156.899,12
TOTAL	25.948.814,83	16.606.700,30	(9.342.114,53)

Títulos	Fixação	Execução	Diferença
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	25.948.814,83	16.606.700,30	9.342.114,53
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	25.948.814,83	16.606.700,30	9.342.114,53
SUPERÁVITS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.948.814,83	16.606.700,30	9.342.114,53

(Peça 05)

As informações acima estão de acordo com o Balanço Orçamentário enviado pela Prefeitura a este Tribunal de Contas (Peça 05). Ressalta-se que o mesmo se encontra em divergência aos padrões contidos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e desconforme aos anexos da Lei nº 4.320/64, alteradas pela Portaria STN 437/2012 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012. Orienta-se que o gestor adequa-se às normas atuais.



1.2.6.1.2 – DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	15.352.652,18	14.036.077,44	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	16.606.700,30	13.918.766,77
Ordinária	6.574.890,58	3.924.182,92	Ordinária	5.127.614,18	5.336.177,46
Vinculada	8.777.761,60	10.111.894,52	Vinculada	11.479.086,12	8.582.589,31
Recursos Vinculados à Educação	6.143.547,18	7.360.179,62	Recursos Vinculados à Educação	8.011.764,21	5.418.295,04
Recursos Vinculados à Saúde	2.634.214,42	2.751.714,90	Recursos Vinculados à Saúde	3.467.321,91	3.164.294,27
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	1.785.984,94	1.910.867,06	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	1.786.140,30	1.910.988,24
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.785.984,94	1.910.867,06	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.786.140,30	1.910.988,24
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	4.440.779,73	3.054.511,58	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	2.859.931,54	2.961.536,95
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.798.786,47	1.377.747,93	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.339.781,09	1.249.587,31
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados	1.641.993,26	1.676.763,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.520.150,45	1.711.949,64
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	787.573,29	577.409,17	SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.114.218,00	787.573,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	787.573,29	577.409,17	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.114.218,00	787.573,29
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	22.366.990,14	19.578.865,25	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	22.366.990,14	19.578.865,25

(Peça 04)



1.2.6.1.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

BALANÇO PATRIMONIAL					
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior	Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.122.435,44	918.546,35	PASSIVO CIRCULANTE	1.855.264,36	851.417,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.114.218,00	787.573,29	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	450.892,71	178.020,70
Créditos a Curto Prazo	1.878.789,15	126.932,26	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	1.878.789,15	126.932,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	700.431,58	93.795,89
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	703.940,07	579.601,23
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	129.428,29	0,00			
Estoques	0,00	4.040,80			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	14.509.863,79	12.862.353,95	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.499.667,02	(77.255,55)
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	1.008.344,48	(73.834,99)
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	491.322,54	(3.420,56)
Imobilizado	14.509.863,79	12.862.353,95			
Bens Imóveis	14.509.863,79	12.862.353,95	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.277.367,85	13.006.738,03
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultados Acumulados	14.277.367,85	13.006.738,03
(-) Amortização Acumulada de Marcas, direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultado do Exercício	14.277.367,85	13.006.738,03
TOTAL	17.632.299,23	13.780.900,30	TOTAL	17.632.299,23	13.780.900,30
Os ativos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelo seus valores totais:					
ATIVO FINANCEIRO	1.114.218,00	850.932,76	PASSIVO FINANCEIRO	2.021.370,16	1.929.181,25
ATIVO PERMANENTE	16.518.081,23	12.929.967,54	PASSIVO PERMANENTE	1.499.667,02	9.716.872,11
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	14.111.262,05	2.134.846,94
No quadro referente às compensações são incluídos os atos potenciais do ativo e do passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o patrimônio:					
TOTAL	17.632.299,23	13.780.900,30	TOTAL	17.632.299,23	13.780.900,30

(Peça 02)



1.2.6.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
Títulos	Valores
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.327.974,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	243.447,38
Impostos	234.299,53
Taxas	9.147,85
CONTRIBUIÇÕES	243.120,10
Contribuição de Iluminação Pública	243.120,10
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.966,15
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3.966,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	63.652,39
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	63.652,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	19.765.367,52
Transferências Intragovernamentais	1.785.984,94
Transferências Intergovernamentais	17.979.382,58
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	8.421,04
Ganho com Desincorporação de Passivos	8.421,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.353.766,53
PESSOAL E ENCARGOS	9.782.424,83
Remuneração a Pessoal	7.829.146,67
Encargos Patronais	1.931.621,44
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	21.656,72
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	37.450,00
Benefícios Eventuais	37.450,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.291.220,66
Uso de material de consumo	1.145.674,69
Serviços	3.145.545,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	22.044,00
Juros e Encargos de Mora	464,94
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	21.579,06
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.123.415,97
Transferências Intragovernamentais	1.786.140,30
Transferências Intergovernamentais	1.302.127,27
Transferências a Instituições Privadas	35.148,40
TRIBUTÁRIAS	96.711,07
Contribuições	96.711,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	500,00
Premiações	500,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.974.208,05

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	
Títulos	Valores
Incorporação de Ativos	1.009.077,19
Desincorporação de Passivos	94.487,75
Incorporação de Passivos	1.499.667,02

(Peça 03)



1.2.6.1.5 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna demonstra a movimentação dos compromissos assumidos pelo Poder Público Municipal que repercutirão no Patrimônio Público, por mais de um exercício financeiro, incluindo as operações de crédito a longo prazo e os débitos consolidados.

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Lei (Nº e Data)	Qtd	Valor da Emissão	Saldo Anterior em Circulação	Emissão	Resgate	Qtd	Valor
INSS			0,00	726.589,44	124.023,48		602.565,96
FGTS			0,00	452.346,06	46.567,54		405.778,52
ELETOBRÁS			0,00	496.474,82	5.152,28		491.322,54

(Peça 17)

Apesar do registro acima no Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Peça 17), verificou-se durante a análise dos balancetes mensais o pagamento de parcelamento de dívidas junto aos credores em valores divergentes aos contabilizados nessa peça do Balanço Geral: INSS (R\$ 66.041,60), FGTS (R\$ 30.714,43), Eletrobrás (R\$ 1.731,72), conforme peça 28, fl. 01. Ademais, conforme informações prestadas pela ELETROBRÁS (Ofício da CR – nº 80/2016 – ver item 2.1.1.2.2.1), o débito do município de Anísio de Abreu com este credor em 30/01/2016 era de R\$ 52.620,80 (cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte reais e oitenta centavos). Pede-se ao gestor que atualize o montante da dívida do município.

1.2.6.1.6 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A movimentação ocorrida na Dívida Flutuante, ou Administrativa, do município, no exercício em questão, é demonstrada através deste anexo contábil:

Títulos	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Movimento no Exercício (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
		Inscrição (R\$)	Baixa (R\$)	
Restos a Pagar	1.647.573,38	2.798.786,47	1.477.936,87	2.968.422,98
Serviços de Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	579.601,23	1.581.865,74	1.457.526,90	703.940,07
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Diversos)	14.538,47	60.127,52	62.623,55	12.042,44
Total	2.241.713,08	4.440.779,73	2.998.087,32	3.684.405,49

(Peça 16)



2 – CONTAS DE GESTÃO

2.1 – PODER EXECUTIVO

2.1.1 – PREFEITURA MUNICIPAL

Gestor: Eduardo Cleber Soares Macedo

Período da Gestão: 01/01 – 31/12/2015

Responsável Contábil: Raimundo Carvalho Portela CRC Nº: PI 3.001

Controlador: Aroldo Ribeiro Soares

2.1.1.1 – RECEITAS

2.1.1.1.1 – RECURSOS VINCULADOS

Os demonstrativos abaixo apresentam os recursos vinculados recebidos no período pelo Município, nas áreas de Educação e Saúde, de acordo com informações colhidas em registros contábeis/extratos bancários/via internet:

RECURSOS VINCULADOS À ÁREA DE EDUCAÇÃO					
Especificação do Recurso	Nº Conta	Saldo do Período Anterior (R\$)	Recursos Recebidos no Período (R\$)	Saldo em 31/12/2015	
				Saldo para o Período Seguinte (R\$)	Fonte da Informação
Transp. Escolar Aplic.	9.662-8	17,28	0,00	18,12	Ext.Banc./Dem. Analít.
QSE	11.572-X	0,00	186.965,11	0,00	Ext.Banc./Dem. Analít.
QSE Aplic.	11.572-X	3.581,67	0,00	607,64	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNAE	13.348-5	0,00	187.098,00	0,29	Dem. Analít.
PNATE	14.972-1	0,00	100.336,44	0,00	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNATE Aplic.	14.972-1	36,10	0,00	403,50	Ext.Banc./Dem. Analít.
PBA-TD Aplic.	18.556-6	40.152,72	0,00	136,75	Ext.Banc./Dem. Analít.
Creche Aplic.	21.461-2	36.423,51	0,00	39.622,41	Ext.Banc./Dem. Analít.
PAR TD-Aplic.	33.124-4	44.569,30	0,00	15.331,88	Ext. Banc./Dem. Analít.
PEJA Aplic.	34.470-2	51,05	0,00	55,53	Ext. Banc./Dem. Analít.
Transp. Escolar Aplic.	35.463-5	14,10	0,00	1.400,44	Ext. Banc./Dem. Analít.
TD – PROJOVEM – CAMPO –APLIC.	38.787-8	224.577,44	110.295,00	5.692,16	Ext. Banc.
Brasil Carinhoso – TD – APLIC.	38.916-1	44.035,07	0,00	407,84	Ext. Banc./Dem. Analít.
Merenda Escolar	672.012-6	50,00	0,00	50,00	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNAE – Aplic.	672.013-4	129,06	0,00	86,07	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNAE	155.000-1	34,20	0,00	34,20	Ext. Banc./Dem. Analít.
PNAP Merenda	672.002-9	13,60	0,00	13,60	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNAP Merenda Aplic	672.012-6	252,67	0,00	272,27	Ext.Banc./Dem. Analít.
PNAE	672.013-4	50,00	24.156,00	50,00	Ext. Banc.
Rend. Aplic. Financeiras	Todas	-	461,99	-	Anexo 02 – Balanço Geral (Peça 24, fl. 01)
TOTAL		394.042,77	674.616,63	64.182,70	

(Peça 27, fls. 06-10, 30-37 e 53-66 e peça 29, fls. 01-15)



RECURSOS VINCULADOS À ÁREA DE SAÚDE					
Especificação do Recurso	Nº Conta	Saldo do Período Anterior (R\$)	Recursos Recebidos no Período (R\$)	Saldo em 31/12/2015	
				Saldo para o Período Seguinte (R\$)	Fonte da Informação
ECD e Vig. Sanitária- Aplic.	7.558-2	84,83	0,00	79,89	Ext. Banc./Dem. Analít.
HPP	17.228-6	0,00	387.264,68	0,00	Ext. Banc.
HPP Aplic.	17.228-6	867,04	0,00	27.354,16	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLATB-FNS	29.301-6	25,46	0,00	25,46	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLAFB-FNS	29.303-2	0,15	0,00	0,15	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLVGS-FNS	29.307-5	24,44	0,00	24,44	Ext. Banc./Dem. Analít.
Unid. B. de Saúde- UBS.	30.219-8	60,50	50.000,00	0,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
UBS Aplicação	30.219-8	546,35	0,00	18.141,10	Ext. Banc./Dem. Analít.
	32.650-X	0,00	22.500,00	0,00	0
Investimento- Aplic.	33.223-2	449,91	0,00	489,42	Ext. Banc./Dem. Analít.
COFIN	35.098-2	0,00	139.975,00	14.560,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
COFIN Aplic.	35.098-2	6.813,65	0,00	21.168,71	Ext. Banc./Dem. Analít.
PAB-FNS Aplic.	58.044-9	109,77	0,00	119,41	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLAFB-FNS	624.032-9	50,00	43.215,70	50,00	Ext. Banc..
BLAFB APLIC.	624.032-9	10.516,41	0,00	2.777,78	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLATB-FNS	624.033-7	50,00	478.674,65	50,00	Ext. Banc.
BLATB APLIC.	624.033-7	52.459,22	0,00	0,12	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLMAC	624.035-3	50,00	157.500,00	50,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLMAC Aplic.	624.035-3	211,92	0,00	523,71	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLVGS-FNS	624.036-1	50,00	54.284,99	50,00	Ext. Banc.
BLVGS Aplic.	624.036-1	26.998,21	0,00	14.530,02	Ext. Banc./Dem. Analít.
Investimen. Qual. UBS - Aplic.	624.076-0	510,78	0,00	2.738,09	Ext. Banc./Dem. Analít.
VAN	624.081-7	50,00	0,00	50,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
VAN - Aplic.	624.081-7	1.864,62	0,00	2.009,22	Ext. Banc./Dem. Analít.
FNS-PMAA	624.087-6	0,00	249.980,00	50,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
FNS-PMAA Aplic.	624.087-6	0,00	0,00	258.380,05	Ext. Banc./Dem. Analít.
BLATB	624.107-4	0,00	898.209,28	50,00	Ext. Banc./Dem. Analít.
COFIN Aplic.	624.107-4	0,00	0,00	16.100,75	Ext. Banc./Dem. Analít.
Rend. Aplic. Financeiras	Todas	-	18.713,03	-	Anexo 02 – Balanço Geral (Peça 24, fl. 01)
TOTAL		101.843,26	2.660.757,33	379.422,48	

(Peça 27, fls. 06-10, 38-66 e peça 29, fls. 15-18)

2.1.1.1.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

2.1.1.2 – DESPESAS

2.1.1.2.1 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em consulta às despesas realizadas no período, em confronto com os procedimentos prévios necessários à regular contratação, conforme legislação regulamentadora das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, constatou-se a inexistência de processos alusivos aos dispêndios abaixo discriminados.

A) Despesas realizadas no período sem os respectivos processos licitatórios, conforme se verifica à Peça 27, fls. 67-72 e peça 29, fls. 19-33, extraídas do processo administrativo examinado.



Emp	Data	Credor	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS				
202001	02/02/2015	M. F. Lima Carneiro	26.000,00	TESOURO
TOTAL			26.000,00	
Total no exercício: 78.000,00				
REFORMA CENTRO ADMINISTRATIVO				
1302001	13/02/2015	TM E WM Construtura Ltda.	479.668,19	TESOURO
TOTAL			479.668,19	

A fim de comprovar a regularidade dos gastos, o gestor deverá comprovar a realização das licitações que subsidiaram as contratações, por meio do encaminhamento a esta Corte de cópia da seguinte documentação correlata: comprovantes de publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, em jornal de grande circulação, dos avisos de licitação e dos extratos de contrato, que devem conter os elementos consignados na Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2013 (alterada pela Instrução Normativa TCE/PI 03/2015, publicada no DOE-TCE/PI, de 04 de maio de 2015); atas de reunião para julgamento da habilitação e propostas de preço, que identifiquem os participantes do certame e os responsáveis pelo julgamento; propostas de preço dos licitantes vencedores das respectivas licitações.

Ademais, a fim de observar o disposto na Resolução TCE/PI nº 09/2014, especialmente no art. 53 e ss., deverá ser efetuado o cadastramento e finalização dos respectivos procedimentos licitatórios no Sistema Licitações *Web*.

2.1.1.2.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

2.1.1.2.2.1 – LEVANTAMENTO ELETROBRÁS E AGESPISA

Em atendimento à Decisão Plenária nº 120/11, de 03 de fevereiro de 2011, procedeu-se ao levantamento do débito com a ELETROBRÁS e AGESPISA.

1 - DA ELETROBRÁS:

Conforme Ofício da ELETROBRÁS CR – nº 80/2016 (ver Peça 28, fl. 02-04), de 11/05/2016, o município apresenta a seguinte situação:

a) Inadimplência até dezembro/2015:

Discriminação	Anterior a 2015 (R\$)	Ano de 2015 (R\$)	Total do Débito em 30/01/2016 (R\$)
Prefeitura	-	52.620,80	52.620,80

b) Faturas pagas com incidência de encargos moratórios no exercício 2015:

Discriminação	Multa R\$	Juros R\$	Correção R\$	Total R\$
Prefeitura	2.235,04	4.539,46	15.525,35	22.299,85

2 - DA AGESPISA:

Procedeu-se ao levantamento do débito com a AGESPISA, conforme quadro:

CREDOR	VALOR DO DÉBITO R\$
AGESPISA	228.936,00

Ressalte-se que, embora o município tenha parcelado a dívida, já acumula novo débito, conforme informação na relação fornecida pela AGESPISA, Peça 28, fls. 05-08.



2.1.1.3 – REPRESENTAÇÃO

Consta apenso aos autos a representação abaixo identificada, aceita e aprovada pelo Plenário/Conselheiro Relator:

Nº Processo: TC/015771/2015

Recebimento: 08/10/2015

Representação contra a Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu-PI (exercício financeiro de 2015), referente a supostas irregularidades no repasse à Câmara Municipal do duodécimo pelo poder executivo do referido município.

O Plenário (Acórdão nº 829/2016 - Peça 18) decidiu pelo apensamento dos autos da representação a esse processo de prestação de contas da Prefeitura de Anísio de Abreu (exercício financeiro de 2015). A análise referente ao tema objeto dessa representação consta na Peça 11 do respectivo processo.



2.1.2 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB

Gestor: Solange Batista de Oliveira Carneiro

Período da Gestão: 01/01 - 31/12/2015

Responsável Contábil: Raimundo Carvalho Portela CRC Nº: PI 3.001

2.1.2.1 – CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB

Durante o exercício, o município contribuiu para a formação do FUNDEB com 20,00% das receitas discriminadas a seguir, representando o montante de R\$ 1.302.127,27 (um milhão, trezentos e dois mil, cento e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), conforme quadro:

Especificação	Valor (R\$)	Contribuição Compulsória (R\$)
FPM	6.030.724,63	1.142.523,36
ICMS	794.510,59	158.977,08
ICMS s/Exportação	1.480,53	271,42
IPI s/Exportação	145,75	24,65
IPVA	73.493,97	0,00
ITR	1.654,09	330,76
Total Receita	6.902.009,56	1.302.127,27

(Peça 24)

2.1.2.2 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

O município recebeu, no exercício, recursos do FUNDEB, no montante de R\$ 5.430.201,28 (cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e um reais e vinte e oito centavos), composto da seguinte forma:

Especificação	Valor (R\$)
Recursos Recebidos	5.430.201,28
(-) Contribuição Compulsória	1.302.127,27
(=) Ganho do FUNDEB	4.128.074,01

(Peça 24)

2.1.2.3 – GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme evidenciado em demonstrativo abaixo, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.733.339,39 (três milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos), representando 68,63% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, **cumprindo** o estabelecido no art. 60, § 5º, do ADCT e no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

(A) Recursos FUNDEB	(B) Gastos com Magistério	% (B/A)
5.439.716,81 (*)	3.733.339,39	68,63

(*) Acrescidos os rendimentos da aplicação do FUNDEB (R\$ 9.515,53), conforme Anexo II – Balanço Geral, peça 24, fl. 01.

Gastos com magistério conforme Anexo 06 – Programa de Trabalho - Balanço Geral (Órgão: FUNDEB), conforme Peça 23, fl. 04.



2.1.2.4 – DESPESAS

2.1.2.4.1 – RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar do FUNDEB importaram no montante de R\$ 223.929,50 (duzentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), e o saldo financeiro disponível no final do período foi de R\$ 170.872,19 (cento e setenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e dezenove centavos), portanto, restaram R\$ 53.057,31 (cinquenta e três mil, cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) sem comprovação financeira, que serão excluídos do cálculo dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determina a Resolução TCE N° 09/2014, art. 23.

Descrição	Valor (R\$)
(A) Inscrições dos Restos a Pagar	223.929,50
(B) Despesa com pessoal do exercício empenhada no exercício subsequente	0,00
(C) Saldo Financeiro em 31/12/2015	170.872,19
(A - E) Restos a pagar sem comprovação financeira	(53.057,31)

(Peça 12 e Peça 27, fls. 07-08)

2.1.2.4.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

2.1.2.4.3 – PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR

No exercício anterior houve a exclusão de R\$ 122.400,19 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos reais e dezenove centavos), referentes a Restos a Pagar sem comprovação de saldo financeiro. Observou-se que, no exercício de 2015, houve o pagamento de R\$ 121.423,89 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos) de restos a pagar do exercício anterior. Este valor será incluído no cálculo da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. Abaixo se demonstra os pagamentos, conforme peça 29, folhas 34-100, peça 30, fls. 01-100 e peça 31, fls. 01-09:

Emp.	Data	Credor	Objeto	Valor (R\$)
01	03/01/2014	Eletrobras Distribuição do Piauí	Tarifa de serviço de utilização de energia elétrica	2.221,88
03	03/01/2014	Telemar Norte Leste S/A	Serviços de telefonia fixa	135,90
04	03/01/2014	Secretaria Municipal de Educação	Pagamento dos profissionais lotados no EJA	1.212,41
05	03/01/2014	Agua e Esgotos do Piauí S/A	Fornecimento De Água	4.318,31
137	02/06/2014	D.G. DE OLIVEIRA - ME	Transporte Escolar	10.840,00
301	03/11/2014	Divina Marques da Costa	Serviço prestado como professora substituta	1.078,69
312	03/11/2014	FUNDEB – Educação Infantil 60%	Folha Educação Infantil	23.563,24
358	01/12/2014	Folha de Pagamento Pessoa FUNDEB 40%	Pagamento de Pessoal	41.564,92
367	03/12/2014	Flaviano da Silva Ribeiro	Combustíveis	4.902,50
372	06/12/2014	EM ALBURQUEQUE CIA LTDA	Manutenção de veículo	3.220,00
380	10/12/2014	EM ALBURQUEQUE CIA LTDA	Manutenção de Ônibus	6.300,00
389	29/12/2014	Iris Ethiere Moraes de Oliveira - ME	Material Expediente	3.140,24
390	29/12/2014	EM ALBURQUEQUE CIA LTDA	Material para manutenção de veículo	4.615,80
391	30/12/2014	EM ALBURQUEQUE CIA LTDA	Material para manutenção de veículo	4.480,00
392	30/12/2014	EM ALBURQUEQUE CIA LTDA	Material para manutenção de veículo	9.830,00
TOTAL				121.423,89



2.1.3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Gestor: Naira Sellene Carvalho Ribeiro

Período da Gestão: 01/01 - 31/12/2015

Responsável Contábil: Raimundo Carvalho Portela CRC Nº: PI 3.001

2.1.3.1 – DESPESAS

2.1.3.1.1 – RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar do FMS importaram no montante de R\$ 490.072,10 (quatrocentos e noventa mil, setenta e dois reais e dez centavos), e o saldo financeiro disponível no final do período foi de R\$ 417.316,05 (quatrocentos e dezessete mil, trezentos e dezesseis reais e cinco centavos), portanto, restaram R\$ 72.756,05 (setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos) sem comprovação financeira, que serão excluídos do cálculo dos gastos com ações e serviços público de saúde, conforme determina a Resolução TCE nº 09/2014, art. 27.

Descrição	Valor (R\$)
(A) Inscrições dos Restos a Pagar	490.072,10
(B) Despesa com pessoal do exercício empenhada no exercício subsequente	0,00
(C) Saldo Financeiro em 31/12/2015	417.316,05
(A - E) Restos a pagar sem comprovação financeira	(72.756,05)

(Peça 12, item 1.2.5.4 e peça 27, fls.06 e 09)

2.1.3.1.2 – OUTRAS OCORRÊNCIAS

2.1.3.1.3 – PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR

No exercício anterior houve a exclusão de R\$ 328.622,82 (trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), referentes a Restos a Pagar sem comprovação de saldo financeiro. Observou-se que, no exercício de 2015, houve o pagamento de R\$ 250.509,38 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e nove reais e trinta e oito centavos) de restos a pagar do exercício anterior. Este valor será incluído no cálculo da despesa com ações e serviços público de saúde. Abaixo se demonstra os pagamentos, conforme peça 31, folhas 10-102 e peça 32, fls. 01-100:

Emp.	Data	Credor	Objeto	Valor (R\$)
08	02/01/2014	Instituto Nacional Seguridade Social	Obrigações patronais	3.935,71
09	02/01/2014	FGTS	Obrigações patronais	1.209,08
13	02/01/2014	Fundo Municipal de Saúde – NASF	Pagamento de fisioterapeuta	1.789,20
46	24/01/2014	Hospital de Pequeno Porte - HPP	Folha de pagamento/ PSF	15.229,20
140	01/04/2014	Pablo Antonio Perez Rodrigues	Auxílio moradia e alimentação aos médicos	1.500,00
141	01/04/2014	Yudelcia Fuentes Gomez	Auxílio moradia e alimentação aos médicos	1.500,00
253	01/07/2014	Hospital de Pequeno Porte - HPP	Folha PSB	11.189,20
309	22/07/2014	F. S. Sales ME	Locação e manutenção do sistema de rádio do SAMU	2.000,00
321	01/08/2014	Hospital de Pequeno Porte - HPP	Folha PSB	5.331,80
327	01/08/2014	Salvador Neiva Ribeiro dos Santos	Médico PSF	6.800,00
359	27/08/2014	TM & WM Construtora Ltda. ME	Reforma posto de saúde	38.177,14
371	01/09/2014	Instituto Nacional Seguridade Social	Obrigações patronais	2.546,67
373	01/09/2014	Fundo Municipal de Saúde – PACS	Folha PACS	23.485,55
422	01/10/2014	FGTS	Obrigações patronais	3.545,59
427	01/10/2014	Fundo Municipal de Saúde – SAMU	Pagamento pessoal SAMU	12.436,00
520	01/12/2014	Fundo Municipal de Saúde – PSF	Medico PSF	46.470,00



521	01/12/2014	Fundo Municipal de Saúde – NASF	Folha de pagamento NASF	6.155,16
523	01/12/2014	Fundo Municipal de Saúde – SAMU	Pagamento pessoal SAMU	12.136,00
524	01/12/2014	Fundo Municipal de Saúde – PSB	Folha de pagamento saúde bucal/PSB	11.720,00
526	01/12/2014	Diogo Pereira Caetano Cavalcante	Fisioterapeuta	1.789,20
546	17/12/2014	R. C. Farias	Gêneros alimentícios	1.983,46
551	18/12/2014	ODONTOMED DISTRIBUIDORA	Material odontológico	2.453,61
552	18/12/2014	São Marcos Dist. Prod. Farm. Ltda.	Material farmacológico	3.887,09
553	19/12/2014	Flaviano da Silva Ribeiro	Combustíveis	1.882,10
555	19/12/2014	Flaviano da Silva Ribeiro	Combustíveis	1.995,45
556	19/12/2014	Edileide de Sousa	Fornecimento de lanches	1.164,70
557	20/12/2014	Fundo Municipal de Saúde – PACS	Folha de pagamento PACS	28.197,47
TOTAL				250.509,38



2.2 – PODER LEGISLATIVO

2.2.1 – CÂMARA MUNICIPAL

Gestor: Virgílio Siqueira Campos

Período da Gestão: 01/01 - 31/12/2015

Responsável Contábil: Raimundo Carvalho Portela CRC Nº: PI 3.001

Controlador: Walber Paes Ribeiro Cavalcante

2.2.2 – INGRESSO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

O gestor da Câmara enviou as prestações de contas mensais ao Tribunal de Contas nos prazos indicados:

Meses	Prazo Legal	Sagres		Sagres Folha		Documentação de Despesa		Média de Atraso
		Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	
Janeiro	05/06/2015	22/04/2015	0	22/04/2015	0	22/04/2015	0	0
Fevereiro	05/06/2015	05/06/2015	0	04/06/2015	0	22/04/2015	0	0
Março	05/06/2015	05/06/2015	0	04/06/2015	0	03/06/2015	0	0
Abril	03/07/2015	25/06/2015	0	06/07/2015	3	25/06/2015	0	1
Maiο	31/07/2015	24/07/2015	0	06/07/2015	0	30/07/2015	0	0
Junho	31/08/2015	25/07/2015	0	06/07/2015	0	27/08/2015	0	0
Julho	02/10/2015	23/09/2015	0	24/09/2015	0	29/09/2015	0	0
Agosto	03/11/2015	24/09/2015	0	24/09/2015	0	28/10/2015	0	0
Setembro	30/11/2015	13/10/2015	0	15/10/2015	0	24/11/2015	0	0
Outubro	05/01/2016	24/12/2015	0	22/12/2015	0	04/01/2016	0	0
Novembro	01/02/2016	11/01/2016	0	22/12/2015	0	01/02/2016	0	0
Dezembro	07/03/2016	12/02/2016	0	22/12/2015	0	25/02/2016	0	0

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96, Resolução TCE nº 09/2014 e Decisão nº 93/2015.



2.2.2.2 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

GESTOR ANTERIOR: **Jose Anísio Ribeiro Neto**

PERÍODO: **24/07 - 31/12/2014**

GESTOR ATUAL: **Virgílio Siqueira Campos**

PERÍODO: **01/01 - 31/12/2015**

O Saldo de Abertura do período (01/01/2015) diverge a menor do Saldo Anterior (31/12/2014) em R\$ 3.031,04. Constatou-se que a divergência ocorreu em razão de débitos realizados a maior na conta bancária, os quais não foram adequadamente registrados na contabilidade, não evidenciando a forma e prazo de regularização de tais débitos, tendo em vista que a inconsistência apontada foi demonstrada somente através de conciliação bancária (Peça 28, fls. 11-14), sem maiores esclarecimentos acerca do fato ocorrido. Dessa forma, verificou-se que a conciliação bancária não se mostrou o meio mais adequado para justificar a diferença entre os valores constantes no saldo bancário (R\$ 19.202,14) e os registrados no Demonstrativo Financeiro de 12/2014 (R\$ 22.233,18).

Observou-se, ainda, que o saldo do exercício anterior do Balanço Financeiro de 01/2015 (Peça 28, fl. 10) apresenta o valor de R\$ 19.202,14 (dezenove mil, duzentos e dois reais e quatorze centavos), portanto, divergente do saldo para o exercício seguinte constante no Balanço Financeiro de 12/2014 (Peça 28, fl. 09).

Tendo em vista esta divergência, conforme demonstrado abaixo, pedem-se esclarecimentos dos gestores e envio de documentos comprobatórios, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos da divergência apurada.

A movimentação dos recursos financeiros comportou-se da seguinte forma, conforme peça 28, folhas 09-14:

Especificação	Valor (R\$)
Saldo Anterior (Em 2014)	22.233,18
(+) Caixa	0,00
(+) Bancos	22.233,18
(+) Outras Disponibilidades	0,00
Saldo Abertura (Em 2015)	19.202,14
(+) Caixa	19.202,14
(+) Bancos	0,00
(+) Outras Disponibilidades	0,00
(=) Diferença	3.031,04
(+) Receita Orçamentária	337,77
(+) Receita Extra-Orçamentária	541.580,43
(-) Despesa Orçamentária	495.928,72
(-) Despesa Extra-Orçamentária	64.986,65
(=) Saldo Disponível (C)	204,97
(+) Caixa (D)	0,00
(+) Bancos (E)	204,97
(+) Outras Disponibilidades (F)	0,00
Diferença (C-D-E-F)	0,00



2.2.2.3 – LIMITES DE DESPESAS

2.2.2.3.1 – DESPESA TOTAL DA CÂMARA

O total da despesa da Câmara, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os inativos, foi no montante de R\$ 495.928,72 (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), correspondendo a 6,97% do total da receita efetiva do município do exercício anterior – R\$ 7.114.626,27 (sete milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos) –, **cumprindo** o dispositivo legal, conforme demonstrado a seguir e visto às Peça 28, fl. 10.

(A) Total da Receita Efetiva do Exercício Anterior - R\$	(B) Total das Despesas da Câmara - R\$	% (B/A)	% Limite Legal
7.114.626,27	495.928,72	6,97	7,00

Fundamentação Legal: art. 29-A da Constituição Federal.

Obs.: Considera-se como **receita efetiva** o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, que no exercício de 2014 foi a seguinte:

Receita efetiva do exercício de 2014	Valores (R\$)
Receitas Tributárias	330.966,65
Receitas de Impostos	323.014,78
IPTU	12.796,43
ISS	105.969,51
ITBI	12.006,02
IRRF	192.242,82
Outros Impostos	0,00
Receita de Taxas	7.951,87
Receita de Contribuição de Melhoria	0,00
Receita de Contribuição de Iluminação Pública	181.218,07
Receitas de Transferência da União	5.789.540,37
FPM	5.677.711,97
ITR	988,75
IOF sobre Ouro	0,00
ICMS/Export. LC Nº 87/96 (Kandir)	1.476,34
CIDE	2.041,10
Apoio Financeiro	107.322,21
Receitas de Transferência do Estado	812.901,18
ICMS	747.383,18
IPVA	65.393,18
IPI/Exportações	124,82
Outras Receitas	0,00
Receita da Div. Ativa Trib. de Impostos	0,00
Multas e Juros de mora dos Impostos	0,00
TOTAL	7.114.626,27

2.2.2.5.2 – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

As despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo (ativos, incluindo o subsídio dos vereadores) apresentaram o montante de R\$ 259.209,93 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e nove reais e noventa e três centavos), representando 54,27% da Receita/Repasse da Câmara Municipal, portanto, **cumprindo** o dispositivo constitucional.

(A) Repasse para Câmara - R\$	(B) Despesas com folha de pagamento - R\$	% (B/A)	% Limite Legal
477.600,00	259.209,93	54,27	70,00

Fundamentação Legal: art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal. (Peça 27, fl. 26)

2.2.2.5.3 – DESPESA DE PESSOAL



O montante das despesas de pessoal do Poder Legislativo (ativos e inativos), no exercício, foi de R\$ 313.324,97 (trezentos e treze mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos), representando 2,12% do Total da Receita Corrente Líquida do Município, conforme demonstrativo:

(A) Receita Corrente Líquida - R\$	(B) Despesas de Pessoal - R\$	% (B/A)	% Limite Legal	% Limite Prudencial
14.767.468,30	313.324,97	2,12	6,00	5,70

Fundamentação Legal: art. 18 da Lei Complementar Nº 101/2000 - LRF. (Peça 27, fl. 26)

Diante do exposto, observa-se que o Poder Legislativo, em análise, **cumpriu** o preceituado na legislação anteriormente mencionada.

2.2.2.5.4 – GASTO COM SUBSÍDIO DE VEREADORES

O montante gasto com o subsídio dos vereadores foi de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), representando 3,09% da Receita Efetiva do Município, no período em análise. Desta forma, fica evidenciado o **cumprimento** ao dispositivo legal.

(A) Receita Efetiva do Município - R\$	(B) Gasto com Subsídio dos Vereadores - R\$	% (B/A)	% Limite Legal
7.381.931,97	228.000,00	3,08	5,00

Fundamentação Legal: art. 29, VII da CF e EC nº 01, de 31/03/92. (Peça 28, fl. 15)

Obs.: Considera-se como receita efetiva o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, que no exercício de 2015 foi a seguinte:

Receita efetiva do exercício de 2015	Valores (R\$)
Receitas Tributárias	243.447,38
Receitas de Impostos	234.299,53
IPTU	33.896,01
ISS	84.079,67
ITBI	11.576,60
IRRF	104.747,25
Outros Impostos	0,00
Receita de Taxas	9.147,85
Receita de Contribuição de Melhoria	0,00
Receita de Contribuição de Iluminação Pública	228.246,64
Receitas de Transferência da União	6.033.859,25
FPM	6.030.724,63
ITR	1.654,09
IOF sobre Ouro	0,00
ICMS/Export. LC Nº 87/96 (Kandir)	1.480,53
CIDE	8.228,39
Apoio Financeiro	0,00
Receitas de Transferência do Estado	868.150,31
ICMS	794.510,59
IPVA	73.493,97
IPI/Exportações	145,75
Outras Receitas	0,00
Receita da Div. Ativa Trib. de Impostos	0,00
Multas e Juros de mora dos Impostos	0,00
TOTAL	7.381.931,97

Não houve variação no exercício para o subsídio dos vereadores em relação ao recebido no exercício anterior, conforme demonstrativo abaixo:

(A) Subsídios dos Vereadores em 2014	(B) Subsídios dos Vereadores em 2015	% (B/A)
1.900,00	1.900,00	0,00

Fundamentação Legal: art. 29, VI, c/c art. 37, X, da CF/88.



3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 – RESUMO DOS LIMITES LEGAIS E DAS OCORRÊNCIAS

BASES PARA CÁLCULOS DOS LIMITES LEGAIS		
ESPECIFICAÇÃO	SIGLA	VALOR (R\$)
Receita Efetiva do Exercício Anterior	(REEA)	7.114.626,27
Receita Efetiva do Exercício	(REE)	7.381.931,97
Receita Corrente Líquida	(RCL)	14.767.468,30
Receita de Impostos e Transferências	(RIT)	7.136.309,09
Recursos Recebidos pelo FUNDEB	(RRF)	5.430.201,28
Repasse da Câmara (Valor informado pela Câmara)	(RC)	477.600,00
Previsão da Receita	(PR)	25.851.665,83

PODER EXECUTIVO CONTAS DE GOVERNO			
ITEM DO RELATÓRIO	OCORRÊNCIA	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
1.2.4.4	Insuficiência na arrecadação da Receita Tributária		
1.1.3	Despesa fixada apresentado no Balanço Orçamentário (R\$ 25.948.814,83) superior ao somatório da despesa fixada na LOA (R\$ 25.851.665,83) mais os créditos adicionais abertos por fonte de recurso que altera o valor da despesa fixada (R\$ 32.383,00).		
1.2.6.1.1	Balanço Orçamentário em divergência aos padrões contidos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público		
1.2.6.1.5	Demonstração da Dívida Fundada Interna - Registro divergente aos pagamentos dos balancetes mensais e o informado pela ELETROBRÁS		
1.1.3	Abertura de créditos adicionais suplementares até o limite autorizado	15,08	40,00
1.2.5.3	Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino igual ou superior ao limite legal	41,30	25,00
1.2.5.4	Gasto com ações e serviços públicos de saúde igual ou superior ao limite legal	17,68	15,00
1.2.5.6	Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite legal	62,48	54,00
1.2.5.7	Repasse da prefeitura para a Câmara Municipal superior ao limite autorizado	6,71	7,00

CONTAS DE GESTÃO			
P. M. DE ANISIO DE ABREU GESTOR: Eduardo Cleber Soares Macedo PERÍODO: 01/01 - 31/12/2015			
ITEM DO RELATÓRIO	OCORRÊNCIA	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
1.2.1 e 1.2.2	Não envio de peças componentes da Prestação de Contas Mensal		
2.1.1.2.1	Ausência e/ou irregularidades de processos licitatórios enviados/analísados		
2.1.1.2.2.1	Levantamento Eletrobrás e Agespisa		
2.1.1.3	Representação		
FUNDEB DE ANISIO DE ABREU GESTOR: Solange Batista de Oliveira Carneiro PERÍODO: 01/01 - 31/12/2015			
2.1.2.4.1	Inscrição de restos a pagar sem comprovação de saldo financeiro		
2.1.2.3	Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB igual ou superior ao limite legal	68,63	60,00



FMS DE ANÍSIO DE ABREU GESTOR: Naira Sellene Carvalho Ribeiro PERÍODO: 01/01 - 31/12/2015			
ITEM DO RELATÓRIO	OCORRÊNCIA		
2.1.3.1.1	Inscrição de restos a pagar sem comprovação de saldo financeiro		
PODER LEGISLATIVO			
CAMARA DE ANÍSIO DE ABREU GESTOR: Virgílio Siqueira Campos PERÍODO: 01/01 - 31/12/2015			
ITEM DO RELATÓRIO	OCORRÊNCIA		
2.2.2.2	Movimentação financeira com divergência no saldo de abertura		
ITEM DO RELATÓRIO	OCORRÊNCIA	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
2.2.2.5.1	Despesa total da Câmara até o limite legal	6,97	7,00
2.2.2.5.2	Despesas com folha de pagamento da Câmara até o limite legal	54,27	70,00
2.2.2.5.3	Despesa com pessoal do Poder Legislativo até o limite legal	2,12	6,00
2.2.2.5.4	Despesas com subsídio dos vereadores até o limite legal	3,08	5,00

4 – CONCLUSÃO

Ressalta-se que em decorrência das Decisões Plenárias nº 214/2015 e 03/2016, os seguintes órgãos não foram objeto de amostra para análise e não constam nesse relatório, não sendo necessárias as citações dos respectivos gestores:

FMAS DE ANÍSIO DE ABREU – Andréa Fernanda de Oliveira Nascimento Carvalho: 01/01-28/02/2015; e Magali Ribeiro Soares: 01/03 – 31/12/2015.

UMS DE ANÍSIO DE ABREU – Naira Sellene Carvalho Ribeiro: 01/01 - 31/12/2015.

Diante do trabalho aqui relatado, a **Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal** considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior e coloca-se à disposição do Sr. Relator Jaylson Fabianh Lopes Campelo para os esclarecimentos que se fizerem necessários e, assim também, se a douta Câmara de Vereadores tiver conhecimento de fatos ou de documentos que alterem estas conclusões, poderá encaminhá-los a este Tribunal para que seja procedido o devido reexame.

É o Relatório.

Teresina (PI), 12 de Julho de 2017.

(assinado digitalmente)

Caroline de Lima Santos
Auditora de Controle Externo

(assinado digitalmente)

Elbert Silva Luz Alvarenga
Chefe da I DFAM

VISTO:

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Diretor da DFAM

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - VILMAR BARROS MIRANDA - 11/07/2017 07:19:10

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - ELBERT SILVA LUZ ALVARENGA - 11/07/2017 07:36:29

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - Caroline de Lima Santos - 11/07/2017 09:50:49